FLS. N.º 231
Proc. TC.
fl.

Câmara Municipal de Taguaí

CEP 18890 - TAGUAÍ - SP

RESOLUÇÃO Nº 01/92, de 28 de setembro de 1992.

"Dispõe sobre a remuneração dos Vereadores para a legislação subsequente e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Taguaí FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte

R E S O L U Ç Ã O:

Artigo 1º - A remuneração dos Vereadores à Câmara Municipal de Taguaí, para a legislatura que iniciará em 1º/01/93 corresponderá a 6% 9seis por cento) do subsídio percebido em espécie, pelo Prefeito Municipal de Taguaí sendo assim dividido:

PARTE FIXA.....20% (vinte por cento)
, PARTE VARIAVEL.....80% (oitenta por cento)

Artigo 2º - A parte variavel da remuneração será devida pelo / comparecimento do Vereador às reuniões das Comissões permanebtes e participação em todas as fases das sessões plenárias.

PARÁGRAFO 1º - O não comparecimento do Vereador implicará no / desconto da parte variavel da seguinte forma:

a) - Sessões ordinárias.....40% (quarente por cento)
b) - Sessões extraordinárias.20% (vinte por cento)
c) - Reuniões das Comissões permanentes...20% (vinte por cento).

PARÁGRAFO 2º - Os descontos previstos nas alíneas "b" e "c", serão feitos proporcionamente aos números de sessões e reuniões realizadas no mês.

Artigo 3º - Durante o recesso, não ocorrendo convocação de sessão extraordinária, a remuneração será integral.

Artigo 4º - Ao Presidente da Câmara Municipal de Taguaí, será / atribuida uma verba de representação em valor correspondente a 50% (cinquentq por cento) da remuneração do Vereador.

Artigo 5º - Somente serão remuneradas uma sessão por dia e no Máximo 4 (quatro) por mês.

Artigo 6º - A remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

FLS. N.º 232
Proc. TC.

PARÁGRAFO 1º - A cada tres meses, a contar do inicio da legislatura, serão apurados eventuais excessos e efetuados os respectivos descontos na folha imediata.

PARÁGRAFO 2º - No final da legislatura, a apuração que se refere o parágrafo 1º, será feita no mês de dezembro.

Artigo 7º - Para os fins de remuneração integral considerar-se-á como se em efetivo exercício. estivesse, o Vereador licenciado por moléstia e para desempenhar missões temporárias de carater cultural ou de interesse do Município, devidamente comprovadas.

Artigo 8º - Os Vereadores serão obrigados, no ato da posse e anualmente, na mesma data estabelecida para a entrega do Imposto de Renda, apresentar uma declaração de bens.

Artigo 9º - As despesas com a execução da presente Resolução, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 10º - Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 1993, revogadas as dispoições em contrário.

Sala de Sessões "Vereador Nico Manesco"
Em 28 de setembro de 1992.

Pedro Luiz Corôna
PRESIDENTE DA CÂMARA